

Visões Cariocas e Bogotanas sobre o Espaço Público: uma Análise Comparada da Representação sobre Espaço Público dos Prefeitos de Bogotá e do Rio de Janeiro na Década de 1990

Carioca and Bogotana Views of Public Space: a Comparative Analysis of Representing Municipal Public Space in Bogotá and Rio de Janeiro in the 1990s

Ana Marcela Ardilaⁱ

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: O propósito de nosso trabalho é compreender algumas continuidades e descontinuidades nas formas de representação do conceito de espaço público construídas pelos agentes locais de Bogotá e do Rio de Janeiro. Especificamente, procuramos salientar as visões dos prefeitos cariocas e bogotanos que promoveram, a partir da década de 1990, o espaço público nas agendas públicas locais. Na visão desses agentes políticos especializados, o espaço público atingiu um papel central na definição da problemática e das soluções para essas cidades. Porém, existem diferenças importantes em relação às ideias de ordem e desordem nesse espaço, atribuindo um caráter e uma identidade própria às visões urbanas.

Palavras-chaves: espaço público, representações urbanas, pesquisa comparada, política pública urbana, Bogotá, Rio de Janeiro.

Abstract: The main objective of this paper is to understand continuities and discontinuities in urban representations concerning public space employed by the mayors of Bogotá and Rio de Janeiro. The focus is on the view that these agents held in the 1990s when public space was promoted as an important issue in local political agendas when public space came to occupy a central position in the definition of the problems and solutions for both cities. However, there are important differences in relation to ideas about urban order, which gives a local character to the specific representations used.

Keywords: public space, urban representation, comparative research, urban policy, Bogotá, Rio de Janeiro.

Introdução

A partir de uma pesquisa comparada,¹ este trabalho visa salientar as formas de interpretação da cidade de um tipo particular de agente político especializado, os prefeitos e seu papel no processo de produção de projetos de espaços públicos urbanos. Especificamente, tentamos compreender as semelhanças e diferenças nas formas de representação

ⁱ Doutora do Programa de Pós-Graduação em Geografia, marardila@gmail.com

da categoria de espaço público construídas por um grupo de prefeitos que, durante a década de 1990 procurou introduzir, com bastante sucesso, o conceito de espaço público nas agendas públicas locais de Bogotá e do Rio de Janeiro. No caso de Bogotá, destacamos os discursos dos prefeitos Antanas Mockus (1995-1997 e 2001-2004) e Enrique Peñalosa (1998-2000); no Rio de Janeiro, Cesar Maia (1992-1996, 2000-2004 e 2005-2008) e Luiz Conde (1997-1999).²

Baseamos nosso trabalho nas contribuições de James Duncan (2004) e Rob Shields (1996), para quem os agentes urbanos constroem formas de representação da cidade que configuram marcos de interpretação que permitem ou limitam os processos de definição da situação das cidades e dos possíveis percursos de ação. Essas representações produzidas pelos acadêmicos, os planejadores e demais agentes urbanos não são simplesmente ficções, são metáforas que sintetizam a complexidade da cidade, dado que não só ordenam o discurso ou são estratégias retóricas, mas contribuem também na construção de sistemas de classificação, organização e interpretação da realidade. De acordo com Shields (*idem*, p.245):

Representações urbanas caracterizam não apenas teorias acadêmicas, mas também a compreensão das cidades que fazem parte da política, do planejamento e dos investimentos privados. Representações não são simplesmente ficções. Expostas como poéticas, elas são poesia escrita com as interações das pessoas, os eventos sociais e as trocas econômicas. A medida do sucesso de um estudo das representações urbanas residirá na sua fecundidade para integrar a teoria com a prática cotidiana, gerar novos conhecimentos e transcender velhos impasses, como o dualismo erguido entre as representações urbanas e “a cidade real”. Ao invés de descartar o urbano por causa de seu hibridismo espacial, ou reprovar as representações por causa da sua visão traiçoeira e seletiva da cidade, precisamos construir uma análise multidimensional que, em vez de impor coerência monológica e fechada, permita representações que coexistam de forma paralela e conflitante na análise.³

A partir da análise de suas representações, cremos que esses prefeitos conseguiram construir interpretações possíveis nos âmbitos de suas próprias cidades e colocá-las na cena pública local. Propomos que as leituras desses agentes constituíram ideologias entendidas como sistemas de representação, que expressaram diferentes formas de conhecimento ou acervos de informação, valorizações estéticas e éticas sobre a ordem social e espacial (DUNCAN e DUNCAN, 2004).

Para interpretar as semelhanças e diferenças dos discursos expressados pelos prefeitos de Bogotá e do Rio de Janeiro, empregamos uma metodologia baseada na proposta de análise de informação qualitativa de Matthew Miles e A. Huberman (1994). Essa metodologia oferece um conjunto de processos que permitem trabalhar com fontes discursivas que não necessariamente correspondem a narrações estruturadas de um mesmo agente, como, por exemplo, uma entrevista ou um diário. Essa proposta valoriza elementos de caráter qualitativo, sem chegar aos clássicos métodos de análise de conteúdo, de cunho mais quantitativo, ou de análise de discurso, que precisa de um amplo conhecimento das formas sintáticas, gramaticais e lexicográficas.

Dado o objetivo mais restrito de comparar as representações sobre o espaço público nas visões desses agentes, realizamos os seguintes processos. Em primeiro lugar, coletamos as declarações dos prefeitos sobre o tema do espaço público, realizadas diretamente nos meios de comunicação, em artigos publicados pelos prefeitos, especialmente aqueles divulgados durante os momentos de concorrência eleitoral. Em segundo lugar, sistematizamos e organizamos esses discursos segundo a fonte, o lugar e a data de publicação e os registramos em uma matriz descritiva. Em terceiro lugar, realizamos um processo de redução de dados, em uma matriz analítica, que consiste na simplificação ou abstração dos principais conteúdos e vinculações com outros conjuntos temáticos, mediante a categorização.⁴ Por último, baseados na perspectiva de Duncan (1996) de análise das representações urbanas e nos processos de categorização, agrupamos os textos em termos da significação que os diferentes conteúdos têm na construção de imagens de cidade.

O Espaço Público (Re)Significado

Os prefeitos cariocas e bogotanos orientaram grande parte de seus discursos para salientar o papel do espaço público na construção de cenários de sociabilidade e convívio dos cidadãos e a promover uma forma de gestão urbana centrada na valorização desses espaços urbanos. Os prefeitos valorizaram positivamente o espaço público como lugar de encontro entre desconhecidos e como cenário por excelência da liberdade democrática, da comunicabilidade e do convívio entre cidadãos.

O desenvolvimento dessa visão não foi exclusivamente local; pelo contrário, as grandes continuidades nas formas de construção do conceito em Bogotá e no Rio expressam a emergência de um fenômeno de escala mais ampla. Tanto para cariocas como para bogotanos, uma das experiências que vai atingir um maior grau de representatividade é a de Barcelona a partir dos anos 1980. Nos diferentes discursos encontramos múltiplas referências a respeito dos conceitos e estratégias que orientaram a renovação urbana da cidade catalã.⁵ Contudo, se observamos com mais detalhe as visões sobre a cidade e interpretações sobre o conceito de espaço público, podemos dizer que, embora exista um acervo de conhecimento comum que é apropriado de forma similar com respeito aos “modelos” de gestão de escala global, há também diferenças que falam das singularidades espaciais de cada cidade. Assim, os discursos foram (re)contextualizados em cada uma das cidades, de tal modo que se configurou um diálogo fluido entre as experiências de abrangência global e as representações e práticas locais.

O Espaço Público ou a Sinédoque da Vida Urbana

O conceito de espaço público será entendido pelos prefeitos cariocas e bogotanos no mesmo sentido atribuído pelos promotores da experiência barcelonesa (BORJA, 1998), como o cenário que estrutura a totalidade do sentido da cidade. Assim, o espaço público é representado como uma grande sinédoque da vida urbana.⁶ Essa construção discursiva vai estar presente na definição mesma do conceito de espaço público, como na análise dos problemas das duas cidades e na formulação de propostas de intervenção.

Mesmo que eles tenham falado de segregação, pobreza, competitividade internacional, integração regional, abastecimento de serviços públicos e sociais ou habitação, entre outros, o espaço público foi concebido como o cenário onde esses problemas atingiram maior representatividade. Não queremos dizer que os problemas das cidades foram compreendidos somente a partir desse conceito ou reduzidos a ele, mas que lhe foi concedido o papel de articular as agendas políticas das duas cidades. Esse caráter metonímico vai se manifestar nos valores, funções e qualidades atribuídas aos cenários públicos do convívio, especialmente pela sua relação com o exercício da democracia.

Para os prefeitos cariocas Cesar Maia e Luiz Conde e para os bogotanos Antanas Mockus e Enrique Peñalosa, a categoria de espaço público está atrelada aos ideais modernos de igualdade, integração, cidadania e diversidade social. Baseado nas propostas de Richard Sennett (1978) e Jordi Borja (1998), esse espaço foi definido como um lugar que permite o encontro entre indivíduos estranhos, que na sua condição de cidadãos livres usam e se apropriam desse cenário urbano. O espaço público é visto então como o lugar onde de forma fundamental é possível o convívio pacífico de diferentes estilos de vida como resultado do anonimato.

De acordo com o prefeito bogotano Antanas Mockus, as grandes cidades se caracterizam pelo encontro de desconhecidos nos espaços públicos. Esses espaços são para ele o cenário compartilhado onde ao mesmo tempo se constroem relações igualitárias e se recriam referentes que permitem a identificação dos cidadãos com a cidade. Para ele, “Parques, calçadas e outros locais públicos deverão continuar a representar para os cidadãos um lugar compartilhado onde se constroem relações igualitárias onde se cria o sentido de pertença à cidade” (*El Tiempo*, 2000).⁷

Para Peñalosa, sucessor de Mockus, a construção de parques, centros esportivos, ciclovias ou praças é considerada como um elemento essencial da qualidade da vida urbana, um fim social, e não um luxo desnecessário ou um tema marginal das agendas políticas. Defende como justificativa o valor da saúde física e espiritual, seu impacto na segurança urbana, mas, sobretudo, o fato de fornecer cenários onde se realizam os ideais igualitários e de integração social dos cidadãos. Segundo ele:

Os parques públicos e instalações desportivas não são um luxo. Eles são tão necessários para a saúde, física e emocional, tais como a água potável ou os hospitais. Eles são importantes para a igualdade porque, dada sua condição de espaços públicos, são os únicos lugares na nossa sociedade hierárquica onde todos se reúnem como iguais. (PEÑALOSA, 2002)⁸

No mesmo sentido expressado por Peñalosa, o prefeito carioca Cesar Maia considera que o espaço público contribui na compensação das desigualdades sociais próprias de outros cenários de interação social. Esferas como a vida íntima ou o mercado são geradoras de desigualdades, de diversas formas de exclusão; é então o espaço público na cidade moderna o lugar que tem a função de compensar as diferenças. O espaço público é, dessa forma, o protetor e a garantia da individualidade e, portanto, da liberdade.

A articulação entre os espaços públicos e privados passou a ser, no mundo contemporâneo, fator de equilíbrio psicossocial: coletivo e individual.

Ao contrário do que possa indicar o senso comum, as pessoas se protegem, se preservam e se ocultam nos espaços públicos: especialmente na multidão. Nos espaços privados elas se expõem. Daí a articulação (compensação) entre os espaços. [...] A ideia de movimento de massas e mesmo a ideia de povo, como a que temos no século XX, é indissociável da oferta e existência de espaços públicos. (MAIA, 1992, p.27)

Existe então uma forte continuidade na construção discursiva do espaço público, entendido como um lugar que sintetiza a vida urbana. Para esses agentes, nesse cenário se realizam conjuntamente os ideais do que para eles configura uma sociedade democrática de indivíduos. Mas não só a ideia do espaço como sinédoque vai ser um elemento comum entre as duas cidades. Também o espaço público representa para os prefeitos o lugar onde se expressam as ideias da ordem e a crise da sociedade urbana. A compreensão da realidade e as formas de classificação e conhecimento desses agentes nas duas cidades caracterizam-se pelo emprego de estratégias discursivas baseadas na oposição entre noções de ordem e caos, visando à construção de uma visão dicotômica do mundo urbano.

Ordem e Caos ou a Crise no Espaço Público

De forma reiterada, os prefeitos empregam as noções de ordem e caos para compreender a vida urbana a partir de uma perspectiva social e espacial. Essas figuras dicotômicas organizam sua visão da cidade e permitem atribuir significação ao papel deles como agentes políticos. Em princípio, tanto os gestores catalães como os cariocas e os bogotanos associam a ideia de ordem e caos às categorias de público e privado. Enquanto o público faz referência ao interesse geral, às regras, à civildade, ao encontro de indivíduos diversos, à solidariedade e à democracia, o privado é considerado caótico quando as regras dessa esfera alcançam a dimensão pública. Isso se refere, por exemplo, à apropriação ou reivindicação de grupos exclusivos no uso dos cenários públicos, onde os limites entre o que é público e o que é privado são difusos ou praticamente inexistentes.

Tanto para Borja como para cariocas e bogotanos, a realização do ideal democrático moderno da vida urbana só é possível porque existem marcos institucionais com regras que organizam as relações entre os cidadãos. Essas regras dizem respeito à separação entre as esferas públicas e privadas e à regulação mesma da vida pública. A importância das regras aparece nos discursos tanto em termos ideais na forma de um dever ser, como nos diagnósticos que esses agentes fazem da problemática urbana. A visão ideal da cidade e de seu espaço urbano passa necessariamente pelo cumprimento legítimo das regras em público, e como consequência direta, a desordem da vida social se expressa na fratura das leis, normas e regras. Desse modo, as regras da vida pública dizem respeito à ordem da sociedade como um todo (BORJA e MUXI, 2003).

No caso do Rio de Janeiro, observamos a continuidade dessa transferência de significado entre público e privado e ordem e desordem. Essa dicotomia aparece com maior força nos discursos da primeira campanha para a prefeitura de Cesar Maia, em 1992, e vai perdendo relevância nas campanhas e gestões seguintes. Para ele, a desordem é representada como a perda de limites claros entre os âmbitos privados e os públicos, assim:

A desconfiança das pessoas em relação às outras – nos ônibus, nos sinais de trânsito, nas praças, nas ruas – de fato as diferencia e as expõe em relação às demais (quem?, onde?). Sendo assim, os espaços urbanos abertos deixam de ser públicos e passam a ser privados. Ou melhor, são privatizados pela ação política. [...] Rompe-se o equilíbrio público-privado, com todas as suas consequências psicossociais deformadoras, sejam coletivas ou individuais. A impunidade passa a ser o padrão de referência. A cidade se neurotiza e se corrompe. (MAIA, 1992, p.28-9)

Em Bogotá, para Enrique Peñalosa, a ideia de privatização do espaço público pelos grupos mais abastados atinge grande importância como símbolo da exclusão social com indivíduos considerados vulneráveis. Por exemplo, o estacionamento nas calçadas e a carência de áreas verdes e parques representam um desrespeito aos ideais da democracia. Nas palavras do prefeito:

Ocupar o espaço público com vagas de estacionamento e veículos é um ato de arrogância e falta de respeito para com os mais fracos. Em nossa sociedade, os proprietários de automóveis são uma minoria privilegiada. Quando tomam o espaço destinado aos pedestres com vagas de estacionamento, ou simplesmente com carros nas calçadas, aqueles que têm mais riqueza e poder desrespeitam aos pobres, fracos e vulneráveis. [??...] Desconsidera-se não só aos mais pobres, que evidentemente se mobilizam a pé. Mas também, desrespeita-se aos fracos e vulneráveis que não dirigem veículos, tais como as crianças, os idosos ou os deficientes. As vagas de estacionamento ou os carros nas calçadas são a prova evidente que a nossa democracia é formal, mas não real. (PEÑALOSA, 2006)⁹

Porém, ordem e caos não são somente abstrações ou expressões das relações sociais na visão desses agentes. Seguindo a tradição catalã, os prefeitos consideram que essas categorias se expressam e se produzem no espaço da cidade. A forma da cidade, sua configuração física, tem um papel ativo na geração de estados de anomia social, de tal forma que a ordem não é só produto da vontade, do desejo ou da capacidade de controle e regulação dos agentes sociais. Como consequência lógica, a transformação da cidade precisa necessariamente de um ordenamento dos espaços físicos urbanos. Essa visão é compartilhada principalmente pelos prefeitos Cesar Maia e Luiz Paulo Conde, no Rio de Janeiro, e por Enrique Peñalosa, em Bogotá, enquanto que Antanas Mockus está próximo de uma visão mais voluntarista da ordem.

Por exemplo, o carioca Cesar Maia interpreta como indicadores da privatização do espaço público pelos grupos mais abastados da cidade o incremento dos condomínios, as ruas fechadas, as cabines de segurança, os *shopping centers* e as trancas nas portas; enquanto as marquises ocupadas com moradores de ruas, as barracas dos camelôs, as praças sujas aparecem como expressões dos grupos mais pobres. Assim, “[...] Acabam as vitrines nas ruas, estranguladas pela alternativa camelô/shopping center. Num caso, a rua privatizada; no outro, a rua reconstruída por ação privada” (MAIA, 1992, : 29).

No mesmo sentido, o prefeito carioca Luiz Paulo Conde considera que o processo de transformação da imagem da cidade e a recuperação da qualidade ambiental desta são

possíveis mediante a produção de espaços públicos e o desenvolvimento de projetos de revitalização urbana. A luta contra a desordem precisa da mudança dos cenários de encontro dos cidadãos. Assim, para Conde:

Preocupada com esse quadro de degradação ambiental, a Prefeitura do Rio de Janeiro concebeu o projeto RIO CIDADE, cujo objetivo principal é a reestruturação da imagem da cidade, a partir da requalificação de trechos significativos em diferentes bairros, ordenando-os em função do bem-estar coletivo. (Prefeitura do Rio de Janeiro, [s. d.], p.6)

Também o prefeito bogotano Enrique Peñalosa considera que a ordem é interdependente do cenário onde acontece o encontro dos habitantes da cidade; e como consequência, a criminalidade, a violência e a delinquência são fenômenos produzidos em ambientes caóticos, sujos, desordenados. Segundo o prefeito:

A criminalidade prospera em ambientes de sujeira, desordem e desrespeito pela observância das normas elementares do convívio. [...] Devemos criar uma cultura que condene os “espertinhos” e os criminosos que ganham benefícios violando as regras. A educação é fundamental para entender que o respeito pelas regras produz um maior bem-estar coletivo. (*El Tiempo*, 1997)¹⁰

Ainda que exista uma forte coincidência entre os assessores catalães e os prefeitos latino-americanos no uso de categorias dicotômicas para compreender o papel do espaço público, há fortes discontinuidades em termos da leitura das causas da desordem urbana. Os prefeitos cariocas identificam como responsável do caos urbano a ação política de um grupo da elite que promoveu práticas populistas para se legitimar no poder local, dirigido desde a década de 1980 pelo governador Leonel Brizola. Especialmente durante sua campanha eleitoral em 1992, Maia atribui ao governador o papel de promotor do que ele denomina a *lumpem política*.

Dói ver o Rio transformado num mostruário de miséria, violência e incompetência político administrativa, retratado nas praças gradeadas – como prisões – para protegê-las daqueles que são o alvo eleitoreiro dos criadores dessa política. Até mesmo aqueles que têm a responsabilidade de governar assumem, por vezes cinicamente, que parte substancial de nosso povo vive à margem dos fatores mínimos, que de tão primários sequer deveriam constituir demandas, como a alimentação, o atendimento médico imediato, a saúde mental, a moradia e o emprego. Se tivermos que identificar o núcleo dessa constelação de equívocos e problemas, não teríamos dúvidas em dizer a questão do Trabalho foi atingida de forma fatal em nossa cidade. O direito ao emprego é o direito humano número um. (MAIA, 1992, p.9)

Para Maia, esse tipo de política representa a perda do monopólio do Estado no estabelecimento de regras, no uso da força e na primazia de uma ordem que ele denomina natural sobre a ordem legal. O caos urbano vai ser apontado pelo prefeito como um estado de anomia, onde existe uma divisão entre os fortes, que seduzem a quem está em situação vulnerável pela pobreza e impõem sua visão de mundo pela força; e os frágeis,

vítimas do crime, submetidos à anarquia dos mais fortes. A quebra desse monopólio se torna significativa e adquire visibilidade no espaço público. Se expressa em fenômenos como a favelização dos morros cariocas, o crescimento do transporte informal, o aumento da população de moradores de rua, a insegurança, a desconfiança entre os cidadãos, o esvaziamento das praças, parques e alamedas, a fuga dos grandes investidores por medo de sequestros e roubos, entre outros. O que estaria por trás da política populista de Brizola de defesa dos mais pobres é o traslado ao espaço público, e por extensão aos cidadãos, dos custos de uma política social de omissão dos conflitos sociais e dos direitos das pessoas mais vulneráveis. Para Maia, baseado nas propostas do sociólogo Werneck Viana:

O sociólogo e politólogo Werneck Vianna, em análise recente, chamou a atenção para aquilo que caracterizaria – independentemente de intenções ou consciência – a política social básica do governo liderada pelo governador do Rio de Janeiro: a “oferta de rua”, para todos os que queiram ocupá-la, da forma que entenderem. Ocupá-la, para vender (camelôs), para viver (mendigos), para constranger (“flanelões”), para estorvar (pivetes), para defecar ou urinar, para assassinar ou sequestrar. (ibidem, 26)

Maia vai recriar então uma imagem de uma sociedade dividida, na qual assimila o legal à ordem e, de forma linear, o ilegal à desordem. Ele formula então um encadeamento causal, onde a privatização do público é produto da ocupação da rua por um grupo a quem ele caracteriza indistintamente como criminoso. Esse grupo consegue institucionalizar um conjunto de práticas de valores, que Maia denomina cultura da rua, com uma clara conotação de um estado de caos público. O prefeito emprega então uma forma de classificação entre os cidadãos que cumprem as leis e aqueles denominados criminosos e delinquentes. Estabelece em seus discursos uma analogia entre as categorias de espaço público – ordem, regras, cidadania, benefício comum – e, por oposição, espaço público – desordem, discriminação, desigualdade, ilegalidade, privatização. Essa noção da desordem vai ser um elemento típico da análise do prefeito carioca, que vai ter um desenvolvimento bem diferente no caso Bogotano.

Tanto para Antanas Mockus como para Enrique Peñalosa, o Estado populista não é o único responsável pelo estado de anomia e a desregulação que enfrenta a cidade, e menos ainda o encarregado direto da restituição dos direitos dos cidadãos mediante a recuperação do espaço público. A partir de uma perspectiva mais liberal, eles consideram que os indivíduos são eles mesmos responsáveis pela construção de um estado de desordem urbano. Por exemplo, Peñalosa, após a campanha eleitoral de 1994, quando corre pelo cargo com Antanas Mockus, salienta o papel da responsabilidade individual e a necessidade de superar a histórica dependência com o Estado, gerada pela tradição política colombiana caracterizada pela demagogia e o populismo:

A grande maioria dos cidadãos trabalha, se esforça e não conhece outro caminho para progredir. No entanto, durante anos, os políticos demagogos têm oferecido progresso sem esforço. Prometem que o governo todo poderoso não dará apenas obras e serviços sem impostos, mas em geral, uma vida melhor, sem nenhuma disciplina individual. [...] Sem ignorar as obrigações do governo, é hora de reconhecer suas limitações. E atribuir a

responsabilidade dos indivíduos pelas suas vidas e pelo bem-estar de seu lar e comunidade. (PEÑALOSA, 1994)¹¹

E é precisamente Antanas Mockus quem vai aprofundar ainda mais essa visão de responsabilidade individual na configuração da ordem urbana. A partir de uma visão voluntarista, Antanas Mockus vai indicar que o cumprimento das regras não deve ser um comportamento exterior aos indivíduos, resultado da coação ou da imposição de um poder externo, ou da modificação do espaço urbano. A ordem está ligada assim à ideia de cumprimento voluntário e consciente e interiorizado das regras, enquanto a desordem supõe o relaxamento dos comportamentos individuais, especialmente nos espaços públicos. Assim, por exemplo, durante um debate com Peñalosa na campanha de 1994, ele propõe que:

“Há um código de tráfego escrito e outro na prática. Existem regras institucionais que, mesmo para mim, é difícil obedecer, mas um candidato a prefeito não pode se expor a passar num sinal fechado” [...] Antanas Mockus acrescentou que: “Em Curitiba túneis foram construídos para aumentar a velocidade de tráfego. Eu gostaria de construir coisa parecida em Bogotá, mas túneis de cultura, para as pessoas aprenderem a se comportar; além disso, e se alguém apresentar uma reclamação a um cidadão que passa um sinal de trânsito, quando perguntado sobre a questão: Quem é você?, ele responde que é um cidadão em processo de educação”. (TIBANÁ, 1994)¹²

Para ele, as práticas dos bogotanos se caracterizam pelo divórcio entre a regulação jurídica relativa à lei, a cultural referente aos contextos e a regulação moral que diz respeito aos valores do indivíduo (MOCKUS, 1994). Esse divórcio, entendido como desordem e caos, gera, de um lado, comportamentos depredadores, violentos e agressivos; de outro, corrupção e a cultura dos “jeitinhos”, do menor esforço. Segundo Mockus:

A falta de congruência entre a regulação cultural do comportamento e a regulação moral e legal de comportamento se expressa na Colômbia no aumento da violência, do crime e da corrupção, na ilegitimidade das instituições, no enfraquecimento do poder de muitas tradições culturais e na crise e enfraquecimento da moral individual (ibidem, p.43)¹³

A ordem é considerada como a construção de uma cultura pública onde os indivíduos respeitem as regras de jogo de forma racional, consciente e voluntária, tenham confiança nas instituições, criem acordos, desenvolvam competências para resolver seus conflitos mediante o diálogo, rejeitem qualquer forma de violência, aceitem a diversidade e consigam conviver em paz juntos. Nas palavras de Mockus (2002, p.20):

Conviver é conseguir viver juntos entre diferentes sem os riscos da violência, com a expectativa de aproveitar fértilmente nossas diferenças. O desafio da convivência é basicamente o desafio da tolerância à diversidade e esta encontra sua manifestação mais clara na ausência da violência.¹⁴

Assim, o restabelecimento da ordem no caso dos prefeitos bogotanos não se refere unicamente à restituição do monopólio do Estado da justiça e o controle de um grupo particular de agentes ilegais, como é sugerido pelos prefeitos cariocas. Implica também, sobretudo, a transformação da sociedade no âmbito da cultura e da moral individual, de forma tal que a ideia de ordem aparece atrelada à noção de civilidade. A ordem está vinculada com a ideia de democracia-legalidade, mas, sobretudo, de civilidade.

Os prefeitos bogotanos promoveram uma política pública, denominada *Cultura Ciudadana*, orientada para aumentar o cumprimento de normas em diferentes contextos públicos. Essa proposta baseia-se na construção de uma ordem urbana na qual os indivíduos não precisam de agentes externos para cumprir as regras, onde seja superado o divórcio entre a lei, a moral e a cultura. Segundo Antanas, a formação cívica tem uma função fundamental:

O programa *Cultura Ciudadana* foi concebido em 1995 pelo Plano de Desenvolvimento de Bogotá *Formar Ciudad*. Foi definido como um conjunto de regras mínimas e ações para gerar um sentimento comum de pertencimento, facilitar a vida urbana e promover o respeito pelo patrimônio comum e o reconhecimento dos direitos e deveres do cidadão. [...] A estratégia da cultura cívica procurou coordenar e promover ações públicas e privadas que mudassem diretamente a forma como os cidadãos percebem, reconhecem e usam os ambientes sociais e urbanos. [...] A nova fase tem como objetivo promover uma autotransformação cultural voluntária e participativa (basicamente a consolidação ou mudança de hábitos). Ela também procura criar uma relação harmoniosa das pessoas com as leis e regras de convivência cultural. Procura incentivar uma obediência voluntária às regras, uma obediência por convicção. Procura que todos possam assumir que as regras são acordos, e não imposições. (*El tiempo*, 2000)¹⁵

Tanto as continuidades quanto as descontinuidades das visões dos prefeitos sobre o espaço público tiveram consequências bem diferenciadas nos dois contextos urbanos. Nas duas cidades se realizaram projetos de requalificação de áreas degradadas e produção de novos espaços de encontro. Em Bogotá, entre 1995 e 2000 a prefeitura aumentou seus investimentos na construção de parques, ciclovias, praças, jardins, calçadas; criou instituições para o desenho, controle e regulamentação desse tipo de espaços. De forma similar, no Rio de Janeiro, desde os primeiros anos da década de 1990, a prefeitura desenvolveu projetos como o Rio Orla, Rio Mar, a revitalização, restauração, requalificação da área compreendida entre o Leblon e o Aeroporto Santos Dumont (KNIERBEIN, 2007). A partir de 1993, a prefeitura de César Maia formulou o projeto Rio-Cidade e definiu um marco institucional para regular as condições de acessibilidade, os usos de praças, parques, jardins, a publicidade exterior e o controle dos comerciantes informais. Entretanto, as importantes descontinuidades no desenvolvimento de programas de educação cívica expressam a grande importância das visões locais de ordem urbana. Enquanto no Rio de Janeiro se criaram poucos programas de formação cidadã, cultura urbana ou civismo, os programas pedagógicos dos prefeitos tiveram continuidade durante três períodos de governo.

Essas similitudes e diferenças locais na visão do espaço público e seus desdobramentos em seu papel no ordenamento urbano evidenciam a dificuldade de homogeneizar

e criar um modelo único de análise sobre a construção de visões e formas de gestão sobre a cidade. Ainda que o espaço público tivesse um papel fundamental nas formas de representação dos prefeitos de Bogotá e do Rio de Janeiro, em contraste com outros problemas, como a habitação ou o ordenamento de usos urbanos, existem diferenças significativas que evidenciam o papel da escala local na construção de visões da cidade. Mas que reprodutores, os agentes locais leem, aprendem, criticam e criam seus próprios marcos de interpretação a partir de sua própria leitura do espaço e das expectativas e demandas locais.

Referências Bibliográficas

ARDILA, A. M. *A construção de projetos de espaços públicos em Bogotá e no Rio de Janeiro: uma análise comparada*. Rio de Janeiro, 2011. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Rio de Janeiro.

BORJA, J. Ciudadanía y Espacio Público. *Ambiente y Desarrollo*, XVI (3), 1998, p.13-22.
_____; MUXI, Z. *El espacio público: ciudad y ciudadanía*. Barcelona: Electa, 2003.

DOMINGUES, L. C. *Projeto urbano e planejamento: o caso do Rio Cidade*. Rio de Janeiro, 1999. Tese (Doutorado) – IPPUR-UFRJ.

DUNCAN, J. Me(trope)olis: Or Hayden White Among the Urbanists. In: KING, A. P. *Re-presenting the City. Ethnicity, Capital and Culture in the 21st Century Metropolis*. New York: New York University Press, 1996, p.253-68.

_____; DUNCAN, N. *Landscapes of Privilege: The Politics of the Aesthetic in an American Suburb*. New York: Routledge, 2004.

MILES, M.; HUBERMAN, M. *Qualitative Data Analysis: An Expanded Sourcebook*. Beverly Hills: Sage Publications, 1994.

SÁNCHEZ, M. Precisiones conceptuales en la definición de la sinécdoque como tropo metonímico. *Pragmalingüística*, 2007, p.200-15.

SENNETT, R. *El declive del hombre público*. Barcelona: Ediciones Península, 1978.

SHIELDS, R. A Guide to Urban Representation and What to do About it. Alternative Traditions of Urban Theory. In: KING, A. P. *Re-presenting de City. Ethnicity, Capital and Culture in the 21st Century Metropolis*. New York: New York University Press, 1996, p.227-52.

Fontes

AJUNTAMENT DE BARCELONA, PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. *Declaração Rio-Barcelona 1992*. Barcelona: Ajuntament de Barcelona, 1993.

Ardila, A. M.

CIDEU. *10 Años de planificación estratégica en Iberoamerica*. Barcelona: Centro Iberoamericano de Desarrollo Estratégico urbano, 2004.

ELTIEMPO. (5 de 9 de 1997). *Educación y seguridad*. Disponível em: <www.eltiempo.com/seccion_archivo/index.php>. Acesso em: 15 jan. 2010

_____. (22 de 10 de 2000). *La cultura local y la nacional*. Disponível em: <www.eltiempo.com/seccion_archivo/index.php>. Acesso em: 16 jan. 2010.

_____. (22 de 10 de 2000). *La cultura local y la nacional*. Disponível em: <www.eltiempo.com/seccion_archivo/index.php>. Acesso em: 10 jan. 2010

O GLOBO. (27 de 9 de 2004). Campanha eleitoral. *O GLOBO*: 5.

MAIA, C. *Uma vocação carioca*. Rio de Janeiro: Texto e Arte, 1992.

MOCKUS, A. Anfíbios culturais y divorcio entre ley, moral y cultura. *Análisis Político*, (21), 1994, p.37-48.

_____. Convivencia como armonización de ley, moral y cultura. (Unesco, Ed.) *Perspectivas*. *Revista trimestral de educación comparada*, XXXII (1), 2002, p.19-38.

PEÑALOSA, E. (2006). Disponível em: <www.porelpaisquequeremos.com>. Acesso em: 10 out. 2007.

_____. (25 de 6 de 2002). *El cuidado de los parques*. Disponível em: <http://www.eltiempo.com/seccion_archivo/index.php>. Acesso em: 10 jan. 2010.

_____. (20 de 12 de 1994). *Progreso sin esfuerzo no es posible*. Disponível em: <www.eltiempo.com/seccion_archivo/index.php>. Acesso em: 14 set. 2010.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. (s/d). *Rio Cidade: o urbanismo de volta à rua*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, [s. d.].

TIBANÁ, D. (25 de 03 de 1994). *Debate con agua... limpia*. Disponível em: <http://www.eltiempo.com/seccion_archivo/index.php>. Acesso em: 12 jan. 2010.

Recebido em 23/06/2011

Aceito em 24/09/2011

¹ Este trabalho faz parte de uma pesquisa de doutorado mais abrangente que procura comparar as políticas de produção de espaço público em Bogotá e no Rio de Janeiro. Foi desenvolvida com apoio de uma bolsa de Capes (ARDILA, 2011).

² A partir das reformas constitucionais no Brasil, em 1988, e na Colômbia, em 1991, os prefeitos ganharam um papel central no planejamento e gestão urbana, por meio de processos de democratização, descentralização e desconcentração de funções, que resultaram na transformação dos municípios em termos políticos, administrativos e fiscais (CARVALHO, 2001).

³ Tradução livre da autora a partir do original em inglês: *"Urban representations characterize not only academic theories but also the understandings of cities used in politics, planning and business investment. Representations are not simple fictions. If they are exposed as poetics, they are poetry written with people's interactions, social events and economic exchanges. The measure of success of a study of urban representations will lie in its fecundity to integrate theory with everyday practice and to generate new understandings and to transcend old dead-ends, such as the dualism erected between urban representations and the 'real city'. Rather than discard the urban because of its spatial hybridity; rather than disapprove of representations because of their treacherous selective vision of the city, we need to construct multi-dimensional analysis which, rather than imposing monological coherence and closure, allow parallel and conflicting representations to coexist in analysis"* (SHIELDS, 1996, p.245).

⁴ Para a sistematização empregamos as seguintes dimensões: Tempo: representação do passado, visão da problemática atual da cidade, e visão ideal ou futura; Espaço: diferenciação entre espaços públicos e privados, visões de ordem urbana; Social: classificações dos agentes responsáveis pela ordem e desordem urbana, papel dos planejadores e dos gestores urbanos.

⁵ De fato, é bem reconhecida a participação de Jordi Borja e do arquiteto Oriol Bohigas como consultores no desenho do plano estratégico do Rio de Janeiro, do programa Rio-Cidade, na revitalização urbana da praça XV e no programa Favela Bairro (DOMINGUES, 1999). Também é preciso mencionar a formulação de acordos de cooperação tais como a Declaração de Barcelona, subscrita entre as prefeituras das duas cidades para fortalecer os processos democráticos, o universalismo, o civismo e a revitalização urbana nas duas cidades (Ajuntament de Barcelona, Prefeitura do Rio de Janeiro, 1993). E no caso bogotano, Jordi Borja, reconhecido promotor de projetos de espaço público, participou ativamente no desenho do plano estratégico de Bogotá, em 1993, e foi assessor dos processos de planejamento e descentralização urbana da prefeitura (CIDEU, 2004).

⁶ Definimos sinédoque para efeitos deste trabalho como uma figura de linguagem, uma figura retórica de tipo metonímico, que implica tomar a parte pelo todo, ou do todo pela parte. Implica a existência de uma relação de dependência ou conexão entre objetos, na forma de uma dependência hierárquica (SÁNCHEZ, 2007).

⁷ Tradução livre da autora a partir do original em espanhol: *"Los parques, andenes y demás espacios públicos deben continuar representando para los ciudadanos y ciudadanas un lugar compartido donde se construyen relaciones igualitarias y donde se crea pertenencia a la ciudad"* (ElTiempo, 2000).

⁸ Tradução livre da autora a partir do original em espanhol: *"Los parques y centros deportivos públicos no son un lujo. Son tan necesarios para la salud, física y emocional, como el agua potable o los hospitales. Son importantes para la igualdad, puesto que en los espacios públicos es el único lugar, en nuestra sociedad jerarquizada, donde todos nos encontramos como iguales"* (PEÑALOSA, 2002).

⁹ Tradução livre da autora a partir do original em espanhol: *"Ocupar el espacio público peatonal con bahías de estacionamiento y vehículos es un acto de arrogancia y falta de respeto para con los más débiles. En nuestra sociedad, los propietarios de vehículos son una minoría privilegiada. Cuando le roban espacio al peatón con bahías de estacionamiento, o simplemente estacionando sobre el andén, quienes detentan mayor riqueza y poder irrespetan a los más pobres, débiles y vulnerables... Se irrespetan no sólo a los más pobres, que por su puesto se movilizan más a pie. También se irrespetan a los más débiles y vulnerables, que no conducen vehículos, como los niños, los ancianos, los discapacitados. Las bahías de estacionamiento, o los carros en los andenes, son evidencia flagrante de que nuestra democracia es formal, pero no real"* (PEÑALOSA, 2006).

¹⁰ Tradução livre da autora a partir do original em espanhol: *"La criminalidad prospera en ambientes de suciedad, desorden, irrespeto por las normas de convivencia elementales... Debemos crear una cultura que condene a los adivatos y matones que obtienen beneficios egoístas, violando las reglas. La educación es fundamental para entender que el respeto de las normas produce un mayor bienestar colectivo"* (El Tiempo, 1997).

¹¹ Tradução livre da autora a partir do original em espanhol: “*La enorme mayoría ciudadana trabaja y se esfuerza y sabe que no hay otra manera de progresar. Sin embargo, por años los políticos entregados a la demagogia han ofrecido progreso sin esfuerzo. Prometen que el todopoderoso gobierno dará no sólo obras y servicios sin impuestos; sino en general, una vida mejor, sin disciplina individual... Sin desconocer las obligaciones del gobierno, es hora de reconocer sus limitaciones. Y de asignar al individuo la inescapable responsabilidad por su vida y por el bienestar de su hogar y su comunidad*” (PEÑALOSA, 1994).

¹² Tradução livre da autora a partir do original em espanhol: “*Existe un código de tránsito escrito y otro en la práctica. Hay reglas institucionales que incluso a mí me cuesta trabajo obedecer, pero un candidato a la alcaldía no puede exponerse a pasar un semáforo en rojo... Agregó que en Curitiba se construyeron túneles para agilizar el tráfico. Yo construiría unos así en Bogotá, pero túneles de cultura para que la gente aprenda a comportarse y que si alguien hace un reclamo a un ciudadano que se pasa un semáforo a la pregunta de ¿y usted quién es? le responda un ciudadano en formación*” (TIBANÁ, 1994).

¹³ Tradução livre da autora a partir do original em espanhol: “*La falta de congruencia entre la regulación cultural del comportamiento y las regulaciones morales y jurídicas del comportamiento se expresa en Colombia como auge de la violencia, de la delincuencia y de la corrupción; como ilegitimidad de las instituciones, como debilitamiento del poder de muchas tradiciones culturales y como crisis y debilidad de la moral individual*” (MOCKUS, 1994, p.43).

¹⁴ Tradução livre da autora a partir do original em espanhol: “*Convivir es llegar a vivir juntos entre distintos sin los riesgos de la violencia, con la expectativa de aprovechar fértilmente nuestras diferencias. El reto de la convivencia es básicamente el reto de la tolerancia a la diversidad y esta encuentra su manifestación más clara en la ausencia de violencia*”.

¹⁵ Tradução livre da autora a partir do original em espanhol: “*Cultura ciudadana fue definida en 1995 por el plan de desarrollo de Bogotá Formar Ciudad como el conjunto de acciones y reglas mínimas compartidas que generan sentido de pertenencia, facilitan la convivencia urbana y conducen al respeto del patrimonio común y al reconocimiento de los derechos y deberes ciudadano... La estrategia de cultura ciudadana buscó coordinar y desencadenar acciones públicas y privadas que incidieran directamente sobre la manera como los ciudadanos y ciudadanas perciben, reconocen y usan los entornos sociales y urbanos... La nueva fase de cultura ciudadana pretende impulsar una autotransformación cultural voluntaria y participativa (básicamente consolidar o cambiar hábitos). Pretende también generar una relación armónica de las personas con las leyes y con las reglas culturales de convivencia. Busca una obediencia voluntaria a la normas, una obediencia por convicción. Busca que todos comprendamos y asumamos que las reglas son acuerdos y no imposiciones*” (El Tiempo, 2000).